

# O Brasil e seu futuro

JOSÉ CARLOS AZEVEDO



É pretensioso o título, por lembrar o do livro do general Spínola sobre Portugal ao fim do regime de Salazar e, também, por insinuar juízo de valor sobre matéria tão complexa. Mas é essa a indagação que há na mente dos que confiam no futuro desta nação, ao contrário de outros que emigraram. Como será o Brasil nos próximos anos, em que a ciência e tecnologia serão fatores determinantes do progresso?

Não podíamos mais viver da especulação do dinheiro nem admitir a inépcia do Estado ou conviver com iniquidades que nos execram perante os olhos do mundo civilizado como uma nação de desonestos incultos e irresponsáveis: ao país que não é sério, dizem, e à saturnal de escândalos impunes — dentre os quais os surgidos no último ano do governo passado, na Fundação Cabo Frio e no extinto ministério da pouca indústria e muito comércio, são exemplos banais — devemos isso. Qualquer governo que se proponha a acabar com isso deve merecer confiança e apoio.

A inexatidão é inerente à grandeza, lembrou Burke em seu discurso no Parlamento inglês, em 1776 (**On American Taxation**), e seria demasiado esperar que o Plano Brasil Novo, tão complexo, não tivesse erros. Cabe corrigi-los para não frustrar expectativas, preservar o império

da lei e tornar viáveis as metas necessárias. Mas há de ser o plano o primeiro passo de um programa que visa a modernizar o País e a nos livrar do terceiro-mundismo que só alegra professores universitários e diplomatas incultos e alienados. A Nação almeja mais que um programa econômico e já nem se recorda de quantos esforços foram feitos só nos últimos 40 anos, para acabar com a inflação que oscilou, então, entre 10% e 5.000% ao ano. Em país como o nosso, repleto de desigualdades e problemas a resolver, a inflação é fenômeno cíclico.

Os EUA, ainda a maior potência militar, econômica, tecnológica e científica, e também donos da maior dívida externa, buscam aprimorar sua educação e o Partido Democrata quer aumentar agora os dias de aula anuais de 180 para 210, como parte do esforço para ultrapassar a escala tecnológica, econômica e comercial do Japão, onde há 243 dias de aula por ano. No Brasil, dizem que há 180, mas prevalecem o "jeitinho" e a fraude — acórdão do STF, de 1925, reconheceu a um estudante o direito de não frequentar aulas, por ser um "constrangimento ilegal" ao "direito de ir e vir"; em 1918, o Decreto 3.603 mandou aprovar em vestibular os que tivessem perdido os exames por causa da gripe, para em seguida estender o benefício aos reprovados que não tivessem contraído a doença e, ao final, aprovar todos, mesmo os não inscritos no vestibular, desde que o "requeressem em 30 dias". Nada inovou o secretário de Educação de São Paulo que aprovou alunos que não tiveram aula devido à greve de professores, porque isso se faz no Brasil inteiro.

2 ABR 1990

Costa admitir que a escolaridade dos japoneses seja de mais de 12 anos, que permaneçam na escola sete horas por dia durante 243 dias do ano e que, portanto, estudem umas 18 vezes mais que os alunos do Nordeste brasileiro (onde a escolaridade é inferior a dois anos, com permanência inferior a quatro horas por dia) e umas cinco vezes mais do que os alunos do Sul e Sudeste do Brasil. Como poderá o País progredir, gerar tecnologia e desenvolver ciência? Com milagre e "jeitinho"?

Nada houve de importante no ensino brasileiro nas duas ou três últimas décadas e os decantados prédios de concreto no Rio de Janeiro não constituem contribuição à educação. Quem pensa de forma diversa não sabe que, em escolas de madeira e construídas há séculos nos EUA e na Europa, se oferece ensino muito melhor que no Brasil, onde se afronta a miséria cultural do povo com prédios suntuosos. Mudar a educação continua a ser o desafio maior desta Nação. Sem a melhoria e a universalização do ensino de base, sem a elitização intelectual do nível superior, sem o respeito ao patrimônio público e às pessoas, sem mestres competentes e motivados para trabalho intelectual e pedagógico, sem a valorização do magistério de 1º e 2º graus e sem currículos decentes e instalações condignas, continuaremos no pântano da civilização. Hoje, não há no Brasil um ensino de base adequado nem universidade que valha esse nome.

**No País  
prevalecem o  
"jeitinho"  
e a  
fraude**

Quando o ensino brasileiro tinha menos modismos, politicagens e fantasias não se falava pedagogês nem se confundiam adolescentes, inteligências em formação, com inutilidades nem havia aulas sobre pretensas "teorias de conjuntos" ou pregações ideológicas. Seguiu-se o conselho de Laudelino Freire (**Falar e Escrever**, Portugal, 1906), que alertava sobre os pedagogos para os quais "... San-Francisco Xavier seria um grande apóstolo, se pregasse em latim aos japoneses. Não converteria um, mas faria lembrar Cícero".

Aquela época ensinavam as humanidades e se evitavam, assim, maiores problemas; almejava-se a cultura generalista, o que não exclui, obviamente, o ensino das ciências. O economista, por exemplo, deveria conhecer História, Direito, Política, Sociologia, um pouco de Matemática elementar e até Teoria Econômica: deles se exigia o *rerum cognoscere causas*. Vieram as pseudo-especializações, justamente à época em que o conhecimento almejava a unidade. Surgiram, assim, advogados que não conhecem lógica, comunicadores que falam e escrevem mal o Português, médicos que não conhecem Anatomia, e assim por diante. E todos exercem livremente suas profissões, desinibidamente, amparados em leis corporativas que fizeram deste país um conglomerado de sindicatos.

Assuntos sobre os quais ninguém diz nada, nem o Conselho Federal de Educação, que deveria ser o guardião da educação nacional.